

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO DE 2015 A AGOSTO DE 2016  
 ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 222/2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET/2015 A AGO/2016		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	612.773.405,52	897.543,29	613.670.948,81
Pessoal Ativo	452.979.974,24	534.752,43	453.514.726,67
Pessoal Inativo e Pensionistas	159.793.431,28	362.790,86	160.156.222,14
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	137.870.709,22	550.374,25	138.421.083,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	4.867,98	0,00	4.867,98
Despesas de Exercícios Anteriores	3.892.537,57	532.399,72	4.424.937,29
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	133.973.303,67	17.974,53	133.991.278,20
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	474.902.696,30	347.169,04	475.249.865,34
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			695.041.042.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – TDP sobre a RCL (V) = (III e /IV) * 100	0,068327%	0,000050%	0,068377%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,136461%	0,136461%		948.459.956,32
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,129638%	0,129638%		901.036.658,51
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 0,122815%	0,122815%		853.613.960,69

Fonte: SIAFI Gerencial, Tesouro Gerencial e Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT DA 6ª Região - 19.09.2016, 9h e 45m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Foram pagos, R\$ 2.329.056,00 e R\$ 1.035.753,16 referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente na UO 71103.
- 3) No período foi pago o valor de R\$ 149.975,39 a título de Precatórios da Administração Indireta (Destaques).
- 4) No período não houve cancelamento de empenhos inscritos em RAP referentes ao Grupo da Despesa 1.
- 5) Pagamento de Auxílio-Funeral: R\$ 287.572,32 e R\$ 16.022,31 inscritos em RAP.
- 6) Pagamento de Auxílio-Natalidade: R\$ 26.018,08 e R\$ 4.410,88 inscritos em RAP.

VIRGÍNIA MALTA CANAVARRO  
 Desembargadora Vice-Presidente do TRT da 6ª Região, no exercício da Presidência

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM  
 Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA  
 Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO  
 Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno